



## A importância dos estudos sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD (formada em 1832)

*The importance of studies on the Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD (formed in 1832)*

**Husani Kamau Antônio**

Mestre (2020 – 2022) em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, <https://orcid.org/0000-0003-2649-7206>; [husani\\_kamau11@yahoo.com.br](mailto:husani_kamau11@yahoo.com.br)

**Wilson Rogério Penteado Júnior**

Doutor (2005 – 2010) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; <https://orcid.org/0000-0002-1753-7192>; [penteadowjr@ufrb.edu.br](mailto:penteadowjr@ufrb.edu.br)

Recebido em: 08/04/2023/ Aceito em: 30/07/2023  
DOI: 10.12660/rm.v15n24.2023.89214

### Resumo

A Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD, cujo início remonta ao ano de 1832, foi a primeira associação negra regulamentada no Brasil e se mantém em atividade ainda atualmente, localizada na cidade de Salvador-BA. O objetivo deste artigo consiste em mapear os estudos realizados sobre a SPD entendendo-os em seu conjunto a partir de um exercício de sistematização, mediante realização de pesquisa bibliográfica, buscando melhor entender aspectos da trajetória dessa instituição, bem como o que foi abordado sobre ela.

**Palavras-chave:** Sociedade Protetora dos Desvalidos; Irmandades negras; Salvador-BA; Pesquisa bibliográfica.

### Abstract

The Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD, which began in 1832, was the first regulated black association in Brazil and is still active today, located in Salvador city, Bahia-Brazil. The objective of this article is to map the studies carried out on the SPD, understanding them as a whole from a systematization exercise, through bibliographical research, seeking to better understand aspects on the history of this institution.

**Keywords:** Sociedade Protetora dos Desvalidos; Black brotherhoods; Salvador-BA; Bibliographic research.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os estudos sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), esta que é a primeira e mais antiga associação civil negra regulamentada no Brasil (CAMPOS, 2018), localizada na cidade de Salvador, no bairro do Pelourinho, Bahia. Durante os séculos XIX e XX no Brasil diversas associações negras e clubes recreativos apareceram com a finalidade de propiciar aos seus associados um local comum de organização política e social, sendo esses espaços lugares de lazer, entretenimento, cultura e afirmação positiva da identidade negra.<sup>1</sup> A exemplo, temos que no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, as associações negras criaram veículos e meios de comunicação, sendo a imprensa negra bem ilustrativa dessa realidade.<sup>2</sup>

Objeto de estudo de diversos autores/as, as irmandades negras têm um papel importante e decisivo para compreensão das dinâmicas sociais, políticas, culturais e religiosas de escravizados, africanos, libertos e livres nos processos de resistência contra a escravidão e colonização no Brasil.<sup>3</sup> Muitos dos/as autores/as, e em sua grande maioria historiadoras, mostram o papel decisivo das irmandades negras para criação de dinâmicas sociais que puderam rivalizar contra o poder vigente da época, elaborando formas e estratégias de sobrevivência e o mantimento de seus referenciais culturais africanos em território brasileiro.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre isso, ver Campos (2018), que versa sobre a organização de trabalhadores livres de cor em torno da Sociedade Protetora dos Desvalidos nos finais do século XIX. Estes trabalhadores criavam um mutualismo de pertencimento racial para garantir acesso à cidadania e prestação de socorro, entre outras atividades que foram desenvolvidas para a solidariedade entre os associados. Ver também Escobar (2010), que centra a discussão sobre a importância dos clubes sociais negros como um local de memória das lutas e resistências da população negra contra a escravidão e a discriminação racial; o referido trabalho tem em seu objetivo propor caminhos para a preservação dos clubes negros no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Sobre a imprensa negra e as associações dos homens de cor, ver Pires (2006). O trabalho mostra um olhar sobre os embates políticos, culturais e étnicos das associações e da imprensa negra na metade do século XX. A propósito de referência no que toca ao papel de associações negras, além da Bahia, é oportuno consultar o trabalho de Maciel (1985), que destaca o papel das associações e da imprensa negra no final do século XIX e início do século XX, em Campinas-SP.

<sup>3</sup> Sobre a religiosidade africana e as irmandades, ver Roger Bastide (1960). O segundo capítulo desta obra é dedicado a falar da presença das irmandades negras enquanto nichos de resistência religiosa das culturas africanas no Brasil. Ver também o artigo do historiador João Reis (1996), nomeado *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*, que centra a discussão sobre a complexidade de estratégias, conflitos em que as histórias das irmandades podem revelar sobre africanos, livres e libertos durante a escravidão.

<sup>4</sup> Alguns dos trabalhos realizados por historiadoras mostram como as irmandades foram canais de sociabilidade e estratégia de resistência contra a escravidão. Dentre os trabalhos, tem-se Ribeiro (2010), e Simão (2010).

Clóvis Moura (1990) em sua análise sobre o negro na historiografia brasileira nos reforça que, tendencialmente, a população negra foi mostrada sem dinâmica social, sendo excluída enquanto contribuinte para formação do Brasil (MOURA, 1990). O autor pondera, contudo, que uma nova visão crítica tem revisto o papel da população negra para a formação social brasileira. Como bem observam Lourau *et al* (2021)

A memória diaspórica hoje conhecida se deve a um movimento erosivo e crescente de produção científica, cultural e literária de pesquisadores, estudiosos e pessoas da diáspora africana em todo mundo e do continente africano, sob perspectivas e abordagens diversas, visando exorcizar as falsidades, distorções e negações (LOURAU; CAVALCANTE; SANTANA, 2021, p. 209).

Esta renovação perpassa pelos estudos das irmandades negras, associações e clubes sociais negros no Brasil, que são objeto de pesquisa e interesse acadêmico, pois podem responder a uma série de perguntas sobre a situação da população negra em diferentes momentos, sejam eles anteriores ao fim da escravidão, sejam posteriores.

O que leva muitos/as autores/as a escolherem as irmandades negras enquanto objeto de pesquisa tem a ver, certamente, com o rico material produzido pelos compromissos e estatutos, fontes que podem detalhar melhor os discursos, as diferenças, as formas como foram construídas as identidades, os embates com o poder vigente da época, sendo um “testemunho de uma notável resistência cultural” (REIS, 1996, p. 5). Tais pesquisas sobre as irmandades negras possuem, portanto, a importante função de desmistificar uma certa historiografia da escravidão, segundo a qual africanos e seus descendentes seriam submissos, não portadores de agenciamento ou dinâmica social; as fontes podem revelar dinâmicas, agenciamentos e são reveladoras de um contexto sobre o qual se tinha pouco conhecimento até décadas atrás, trazendo novos olhares sobre os africanos e seus descendentes, resgatando: “o [...] papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento do Brasil” (MOURA, 1990, p. 216).

Na mesma labuta, as pesquisas sobre associações, clubes e a imprensa negra no Brasil oferecem atas, periódicos, fotos e outros registros das organizações e estruturas do associativismo<sup>5</sup> da população negra. Os periódicos dos jornais da

---

<sup>5</sup> Compreendemos associativismo “como as diversas formas de agenciamento da comunidade negra no exercício de organização e apoio para melhores condições de vida. Ele podia vir de uma relação de

imprensa negra são exemplos de fontes que são reveladoras dos embates políticos, econômicos e de afirmação da identidade negra. Como nos revela Antônio Liberac Simões Pires:

A Imprensa negra foi movimento diversificado, que apresentou várias facetas ideológicas e esteve profundamente relacionada com os contextos econômicos, políticos e culturais do período. Esta imprensa ainda demonstra o engajamento político dos negros, não somente por suas causas étnicas, mas também por sua participação decisiva nos assuntos relacionados ao poder e aos modelos de organização social em debates na sociedade. (PIRES, 2006, p. 81)

Não apenas a imprensa negra, mas os clubes e associações negras revelam facetas na construção de caminhos para inserção social ou integração dos negros na sociedade brasileira, dentre outros debates importantes. Ante tal contexto, a Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD é parte importante do processo histórico que marca a atuação da população negra e seus processos de resistência. Neste sentido, os estudos desenvolvidos sobre ela merecem atenção pelo que dela revelam e pelas questões deixadas em aberto, suscitando a produção de novos estudos.

## **A Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD**

A Sociedade Protetora dos Desvalidos é uma instituição quase bicentenária, localizada na cidade de Salvador, no bairro do Pelourinho, Bahia, que carrega 190 anos de muitas ações e acompanhou acontecimentos e transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do território baiano e brasileiro. Foi criada com este nome em 1851, por trabalhadores livres de cor, depois de um conflito entre integrantes da antiga Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada em 16 de setembro de 1832 por Manoel Victor Serra, trabalhador livre junto com 19 homens. A SPD foi regulamentada em 1861 pela Lei dos Entraves<sup>6</sup>, e tinha como objetivo, no período da escravidão, penhora para garantir aos seus associados

---

amizade, uma ajuda na obtenção de direitos, denúncia da exclusão, enfim podia englobar uma série de atividades coletivas como a criação de jornais, clubes, escolas, apoio à religiosidade e toda uma série de manifestações em favor da defesa e promoção do grupo (OLIVEIRA & XAVIER, 2019, p. 2).

<sup>6</sup> “Em 1861, a SPD passou a ser a primeira associação civil negra no Brasil, regulamentada como um montepio pelo Estado, através da Lei dos Entraves. Estas leis estabeleceram regras que, além de terem como objetivo uma vigilância sobre a livre-iniciativa na vida financeira e econômica, visavam controlar a prática associativa no país, através do Conselho de Estado e das autoridades provinciais.” (CAMPOS, 2018, p. 12).

bens de ajuda comum, oferecer amparo econômico, e funcionou como uma espécie de junta para obtenção das cartas de alforria (BRAGA, 1987). Realizava prestação de socorro aos associados que ficavam doentes e amparo aos órfãos, além da garantia de um enterro digno aos associados.<sup>7</sup>

Dentre os estudos dedicados inteiramente à SPD, há os que apontam como sendo uma das características marcantes da instituição nos primeiros anos de sua existência, a forte relação com negros muçulmanos, cuja atuação culminou na conhecida revolta dos malês, ocorrida em 1835.<sup>8</sup> Para Klebson Oliveira e Tânia Lobo (2009):

A SPD destacou-se, dentre as irmandades negras da cidade de Salvador, por abrigar negros adeptos da religião [muçulmana] que começou a ganhar corpo entre as gentes de cor na primeira metade do século XIX. Reis (1997, p. 15) menciona que africanos islamizados frequentaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, mas a sua presença foi muito mais numerosa na SPD, àquela época, ainda denominada Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. [...] houve, à Rua do Bispo, nº 20, uma mesquita para o culto mulçumano, palco de grande destaque na Revolta dos Malês. Aí se desenvolveram planos de guerrilhas e seus frequentadores eram todos oriundos da SPD, da qual o fundador da SPD era malê e tinha honrarias de sacerdote no culto muçulmano. Da mesma forma, Luís Teixeira Gomes e José do Nascimento, também iniciadores da irmandade, tinham títulos honoríficos dentro da religião. Inclusive, quando da fundação da Sociedade, o assentamento do Conselho foi estabelecido em alas, seguindo um dos preceitos do islamismo. (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 38)

A dura perseguição desferida contra os negros malês e africanos de modo geral a partir do referido levante talvez tenha condicionado a SPD, enquanto estratégia de resistência, a assumir discursivamente em seus documentos que reunia e aceitava “cidadãos Brasileiros de cor Preta”. Seja como for, todos os estudos voltados à SPD, sobre os quais aludiremos mais à frente, são unânimes em entender que se tratou de uma instituição totalmente constituída por homens pretos, tendo sido uma associação que teve em suas regras, de acordo com as necessidades do período de sua fundação, um caráter fechado, isto é, restritivo para pessoas de cor, com prevalência

---

<sup>7</sup> Contém em anexo no livro de Júlio Santana Braga o Estatuto da SPD de 26 de agosto de 1874. As páginas 79 até 89 reiteram os fins institucionais da SPD argumentados por nós.

<sup>8</sup> Sobre esta revolta, ver o trabalho de João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. Editora: brasiliense, 1986.

exclusiva para “cidadãos Brasileiros de cor Preta”, segundo o livro de atas de 1832, acervo da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Um texto redigido em 1835 por Manuel Victor Serra descreve: “Compromiço da nossa Devocão, da Santíssima Virgem Senhora da Solidade dos Desvalidos pretecente Chiolos Liver de Cores pretas Nacidos no inperio do Barzelio” (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 39). O estatuto de 1874 da instituição regulamentava que “eram admitidos os cidadãos brasileiros de cor preta” (BRAGA, 1987, p. 79); exigência que foi modificada na metade do século XX, posto que “Para ser admitido como sócio, de acordo com o estatuto de 1956, já não [...era] mais condição essencial ser o candidato de cor preta como estabelec[ia] o artigo 1º do estatuto de 1874” (BRAGA, 1987, p. 79). No entanto, mesmo assim, como bem observa o mesmo autor, “(...) embora não seja estatutário, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, ainda nos dias atuais, mantém a política de dar acesso ao seu quadro de associados a indivíduos de cor preta, guardando assim a tradição do século [... anterior]” (BRAGA, p. 44).

Ainda no que se refere à admissão de sócios, desde o seu surgimento no século XIX até metade do século XX, não eram admitidas mulheres como membros da SPD, quadro que se modificou nas décadas sucessoras, quando mulheres passaram a fazer parte da associação. Impossível deixar de destacar a efetividade de tal modificação ao longo dos tempos, quando sabemos que a SPD passou a ser presidida por uma mulher em 2015, a pesquisadora Lígia Margarida Gomes, primeira presidente eleita.<sup>9</sup>

Localizada atualmente no Largo do Cruzeiro de São Francisco, onde se encontra desde 1887, número 82, a SPD sempre esteve presente no território que inclui o bairro do Pelourinho, localizado no centro histórico da cidade de Salvador, na Bahia. Sua primeira localidade de funcionamento foi na Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, que fica nas imediações do bairro Santo Antonio. Em 1848, sua sede foi transferida para a Igreja da Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, que fica na ladeira do Pelourinho, local este onde funcionava a Irmandade Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo. A SPD permaneceu por 20 anos nessa localização e, diante de um desentendimento com a outra irmandade, passou

---

<sup>9</sup> Para mais informações atuais e antigas sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, acesse o site da instituição: <https://www.as-spd.org/> - O site mostra uma linha cronológica, destacando que no ano de 2015 teve a primeira gestão feminina na SPD.

a ficar em um prédio na denominada rua do Bispo, situada nas imediações, até se transferir em 1887 para onde permanece até os dias atuais (BRAGA, 1987).

O fundador da SPD, Manoel Victor Serra, era trabalhador de ganho (BRAGA 1987) e, provavelmente, outros dos 19 fundadores atuassem como trabalhadores de ganho, ou exercessem profissões como pedreiro, marceneiro, alfaiate, sapateiro ou similares. Segundo o quadro de requerimento dos candidatos a sócios da SPD de 1848 a 1895, nota-se uma grande maioria de candidatos a sócio que trabalhavam com serviços braçais, sendo as profissões de pedreiro (91), carapina (61), alfaiate (38), marceneiro (37) as de maiores números de profissionais entre os candidatos (OLIVEIRA; LOBO, 2019). Mesmo que em sua grande maioria os associados fossem trabalhadores de ofício, havia também a presença de professores, como foi o caso do sócio Manoel Quirino (BRAGA, 1987).

Desde sua existência em 1832, suas deliberações foram documentadas, e as atas e requerimentos – dentre outras documentações, bem como objetos da SPD – são resguardados pelos associados até os dias atuais; registros esses que são importantes não somente para que se possa melhor entender a trajetória da SPD, como também a própria trajetória da população negra baiana. É desse modo que um dos bens importantes para a existência inicial da SPD ainda se encontra presente nas dependências do prédio onde funciona: o cofre das três chaves, que assegurava que só poderia ser aberto com a presença dos três membros que detinham as chaves em mãos. O cofre é demonstrativo das ações que foram desenvolvidas por Manoel Victor Serra e os demais associados, que uniam seus bens para que tivessem seguro de vida, auxílio na hora da morte, amparo às viúvas e órfãos, dentre outras ações.

Inevitavelmente, aludir sobre uma associação civil como a SPD, surgida na primeira metade do século XIX e em atividade até os dias atuais, nos faz considerar o diálogo entre os tempos, ante aspectos que marcam sua trajetória, entre permanências e mudanças ao sabor de acontecimentos em diferentes contextos. Curiosamente, não obstante seu longo tempo de existência e importância social, a SPD contou com poucos trabalhos acadêmicos dedicados inteiramente a ela. Contudo, apesar de diminutos, marcam sua importância ao apresentarem diferentes análises sobre a instituição.

## Os estudos sobre a SPD

Os estudos que se dedicaram inteiramente à SPD foram desenvolvidos na forma de teses ou dissertações, alguns tornados livros, conforme veremos a seguir, cujos recortes de análises cobrem o século XIX até meados do século XX e estão concentrados em 3 áreas do conhecimento: Antropologia, Linguística e História<sup>10</sup>. Temos como pioneiro o trabalho desenvolvido pelo antropólogo Júlio de Santana Braga [1975 (1987)], que tem como recorte temporal o período compreendido entre 1874 e 1956. 30 anos após a defesa da dissertação do trabalho de Braga, a SPD pôde contar com o trabalho de Klebson Oliveira (2005), em sua tese de doutorado em Letras e Linguística, cujo propósito foi se debruçar sobre as atas da instituição para compreender a escrita dos negros no século XIX. Após isso, a SPD foi objeto de outros recentes trabalhos. São eles, a tese de doutorado em História Social de Douglas Guimarães Leite (2017), com o recorte temporal compreendido entre 1831 e 1869, Lucas Ribeiro Campos (2018), que em sua dissertação de mestrado em História pesquisou a existência da SPD no período compreendido entre 1861 e 1894, e a dissertação de mestrado, também em História, de Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), que pesquisou sobre a instituição no período entre 1851 e 1934. Um dado pertinente é que os estudos de Braga (1987), Oliveira (2005) e Campos (2018) foram desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia – UFBA, o trabalho de Carmo (2019) também foi desenvolvido em instituição baiana, mas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ou seja, todos em território baiano com a única exceção do trabalho de Leite (2017), que foi desenvolvido na Universidade de São Paulo – USP.

No que toca a historiografia da SPD, os estudiosos dividem opiniões quanto aos primeiros anos de sua existência. Fundada em 1832, conforme anunciamos, a instituição surgiu como Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos e, posteriormente, em 1851, passou a ser chamada Sociedade Protetora dos Desvalidos. Neste tocante, os trabalhos de Júlio Santana Braga (1987) e Klebson Oliveira (2005), tratam não apenas os termos irmandade e associação como sinônimos, como se referem a sua história como algo contínuo, que apenas teve uma

---

<sup>10</sup> Além dos estudos voltados inteiramente à SPD como objeto de investigação, há outras referências onde a instituição é mencionada, dentre os quais: Antônio Monteiro em seu livro “*Notas sobre negros malês na Bahia*” (1987); Pierre Verger em seu livro “*Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX*” (1987), Mieko Nishida, em seu artigo “*Slavery & identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888*” (1993) e Lysie Reis, em seu livro “*A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX*” (2012).

mudança de nome e de localidade, e que não passou por nenhuma reestruturação<sup>11</sup>. Em trabalhos mais recentes sobre a instituição, no entanto, considerando novas fontes, passa-se a investir mais atenção ao período de “mudança” de irmandade para associação. Este é o caso do estudo de Douglas Guimarães Leite (2017) que constata que não houve mera mudança estatutária e sim uma ruptura, um conflito em 1848 entre os membros da irmandade, fazendo com que nos anos posteriores, até 1851, travassem uma disputa judicial em torno do destino do cofre da instituição, ocasionando em 1851 a criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos (LEITE, 2017). Douglas Leite separa dessa forma a história da SPD em dois momentos, o primeiro sendo irmandade e o segundo marcado pela ruptura entre os antigos irmãos e criação da associação, considerando-os como momentos distintos da instituição. Sobre isso, a pesquisa de Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), se dedica a estudar e compreender melhor o período de 1851 a 1934, que marca, nas palavras do autor, o silenciamento da instituição em relação à sua condição inicial de irmandade, sendo lembrada posteriormente com a comemoração tardia, em 1934<sup>12</sup>, de seu centenário. Carmo (2019) compreende que o silenciamento e posterior lembrança comungou na vitória em 1934 das narrativas nas quais é construída a visão de que a irmandade e sociedade são conjunturas de uma mesma trajetória (CARMO, 2019).

Conforme anunciado, o antropólogo Júlio Santana Braga foi o primeiro a tomar a SPD como objeto de estudos e seu trabalho de dissertação de mestrado em Ciências Sociais apresentado à Universidade Federal da Bahia, em 1975, de título “*Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*”, se tornou livro lançado em 1987 pela editora Lanamá, mantendo o texto em sua versão original. O autor privilegiou o período de sua pesquisa considerando o estatuto de 1874 da SPD, anterior, portanto, à abolição da escravatura, buscando mostrar o caráter organizacional dos associados, homens livres e libertos no período escravocrata, e o estatuto de 1956, que é reorganização daquele estatuto em conformidade aos novos contornos políticos e sociais do século XX de uma sociedade de classes (BRAGA, 1987). Os estatutos foram bases metodológicas utilizadas por Júlio Braga, além do

---

<sup>11</sup> O mesmo posicionamento podemos encontrar em outra publicação de Klebson Oliveira que faz referência à SPD, juntamente com a linguista Tânia Lobo, intitulada *África à vista*, 2009.

<sup>12</sup> Tendo sido fundada em 1832, conforme mencionamos anteriormente, as comemorações em referência ao centenário da instituição deveriam ter ocorrido em 1932.

seu aparato enquanto fontes para um estudo comparativo, que mostra as principais mudanças, posições e ações que foram tomadas entre as atas de 1874 e de 1956 na instituição. A principal argumentação do autor, em sua análise do período estudado, é que a SPD em sua trajetória institucional se constituiu, notadamente, em uma agência de prestígio.

O autor ressalta que tendo as irmandades funcionado como locais de construção participativa na sociedade, se tornavam importantes estratégias dos negros para conseguirem se projetar na sociedade baiana. As festas litúrgicas da Igreja Católica, por exemplo, eram eventos que davam aos associados total autonomia para a organização das festividades, sendo tomado como um momento muito importante, de orgulho e de acesso a determinados espaços, que apenas era possível participando de tais eventos. Em suas investigações sobre a participação dos sócios em eventos, o autor destaca:

Observa-se ainda, com a leitura das atas, o desejo de muitos serem escolhidos para participar dessas comitativas, num sinal evidente de quanto tal participação poderia representar como evidência de prestígio intragrupal e projeção na Sociedade. Nota-se um cuidado muito especial de seus membros quanto às obrigações sociais para com as coirmãs e para com as festas públicas de toda espécie, nas quais a Sociedade Protetora dos Desvalidos deveria ser representada. Parece-nos que esse cuidado prende-se mais às oportunidades oferecidas nas ocasiões em que determinados membros estariam em condições de conviver numa sociedade, que muito raramente lhes dava acesso, do que propriamente ao interesse de elevar o nome da mesma, embora isto acontecesse por força de sua participação (BRAGA, 1987, p. 52)

Outro ponto explicativo usado por Júlio Braga de que a SPD era uma agência de prestígio é o próprio estatuto de 1874, em que uma de suas exigências na admissão de novos sócios era ter boa conduta, "... meio lícito de onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência, uma qualificação social, uma profissão digna." (BRAGA, 1987, p. 55). No referido Estatuto, informa o artigo 1º:

- Podem ser admitidos sócios efetivos da Sociedade Protectora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta, que estejam no caso de ser, que tenham um meio lícito d'onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência, e que sejam de idade nunca menor de 18 anos, nem maior de 50, e cuja conducta seja regular (BRAGA, 1987, p. 78).

Ou seja, existiam critérios para ser membro, delimitando-se certo perfil social considerado aceitável para pertencer à SPD. Destaca o autor que a admissão de 243

novos sócios nas décadas posteriores à abolição da escravatura mostra uma forte procura para ser membro da SPD, destacando a importância e relevância da instituição (BRAGA, 1987, p. 55).

Júlio Braga foi o primeiro a destacar o caráter mutualista da SPD e suas atividades exercidas, funcionando como junta e caixa de penhores, como um “sistema rotativo de crédito” (BRAGA, 1987, p. 23). Como demonstra o estatuto de 1874, estudado pelo autor, os sócios eram auxiliados em caso de adoecimento ou invalidez, sendo que os órfãos e viúvas eram amparados em caso de falecimento de sócios:

1 – Socorrer em comum aos socios que cahirem em indigencia, ou que, por algum acontecimento desastroso, se acharem privados de adquirirem a indispensável subsistência.

2 – Cuidar da subsistencia e educação dos filhos dos socios que faleceram, os filhos legítimos, e naturaes que forem perfilhados, na forma da lei, até a idade de 18 annos completos; só gosarão desse benefício as filhas dos sócios em quanto se não casarem à idade de 18 annos.

3 – Prestar alimento às viúvas do mesmo socios, com a quantia de 8 \$ 000 mensaes, em quanto ellas tiverem disso necessidade e viverem na honestidade, que o público e a sociedade exigem. (BRAGA, 1987, p.78)

Depois de 30 anos desde a defesa da dissertação de mestrado de Júlio Braga, a SPD voltou a ser estudada, conforme mencionamos, em uma tese de doutorado no campo da linguística. Klebson Oliveira em seu trabalho intitulado “*Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*”, defendido na Universidade Federal da Bahia, junto ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, procurou compreender o papel da escrita e da alfabetização de africanos e seus descendentes na Bahia oitocentista. A partir do rico material que as atas da SPD têm a oferecer, o estudo de Oliveira (2005) não apenas permitiu a compreensão de aspectos da escrita dos membros da SPD, como também pôde traçar o perfil dos associados e a estrutura da associação no século XIX. Além de sua tese, juntamente com a linguista Tânia Lobo, o autor é responsável pela organização na forma de livro da coletânea de textos “*África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*”, lançada em 2009, com edição pela Scielo-EDUFBA, cujo texto de introdução é assinado pelos organizadores, que apresentam em linhas gerais a importância dos estudos sobre textos escritos por africanos e seus descendentes no Brasil e como as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos são importantes para compreender o processo de letramento,

alfabetização e escrita de africanos e seus descendentes e o processo da escrita do português brasileiro. Como sendo uma análise gramatical, o livro analisa 55 atas redigidas entre 1832 e 1842. Klebson Oliveira veio a falecer no ano de 2014 e Tânia Lobo, que foi sua orientadora na tese de doutorado, organizou, pela EDUFBA, em 2019, um livro junto com a também linguista Charlotte Galves, intitulado “*O português escrito por afro-brasileiros no século XIX - as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*”, que é uma continuidade do livro “*África à vista*”, contendo análises gramaticais de atas entre 1835 e 1894.

Com a preocupação de entender determinadas estratégias adotadas pelos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, a tese de doutorado de Douglas Guimarães Leite (2017), sob o título “*“Mutualistas, graças a Deus”*: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831 – 1861)”, defendida na Universidade de São Paulo, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, discute o mutualismo e os mecanismos de inserção social de trabalhadores na metade do século XIX, entre os anos de 1831 e 1861, alcançando a fase em que a instituição era Irmandade, passando posteriormente, a Sociedade. Douglas Guimarães Leite separa a SPD em dois momentos distintos, o primeiro de Irmandade até 1848, onde se teve uma ruptura entre os antigos irmãos, e a posterior criação da associação, em 1851, sendo regulamentada em 1861. Dessa forma o autor traça um panorama entre as tradições religiosas e o mutualismo popular na Bahia do século XIX, verificando que os desvalidos construíram uma irmandade em uma época de decadência das confrarias religiosas de leigos, mas representam uma nova apropriação étnica e institucional, havendo uma espécie de hibridismo entre as tradições religiosas e as novas formas de associações de tipo moderno, no caso, as civis. Nas palavras do autor:

Num ambiente sociopolítico de crescente afirmação do indivíduo e de fortes sinais anticorporativistas, cumpre enfatizar que as alterações nas formas de associação a partir da década de 1830 interessam não apenas na materialidade das suas práticas, mas também nas inflexões que a própria mudança dos contextos pode ter produzido, ao atribuir novos lugares e papéis sociais aos seus integrantes. Os Desvalidos são sintomáticos nesse sentido porque se constituíram como irmandade numa época de alegada decadência das confrarias religiosas de leigos, de certa forma representando uma nova apropriação étnica desse tipo institucional. (LEITE, 2017, p. 21)

Douglas Guimarães Leite (2017) questiona a forma como os autores que o precederam se referiram à identidade dos associados nos primórdios da instituição, quando ainda era irmandade, não concordando com eles. Além de Braga (1987) e Oliveira (2005) que dedicaram estudos inteiramente à SPD, temos Antônio Monteiro que faz referência à instituição em seu livro “Notas sobre negros malês na Bahia” e antes dele, ainda, Pierre Verger em seu livro “Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX”. Em tais estudos, os autores traçaram um perfil dos primeiros associados da SPD, alegando terem sido africanos malês.

Referindo-se àquele contexto, Klebson Oliveira (2005); (2009) levanta a hipótese – a partir de uma ata da instituição datada de 29 de março de 1835, dois meses após a Revolta dos Malês – de que devido à perseguição contra os africanos, decorrente da citada revolta, por:

[...] medida de precaução, ou, quem sabe, por imposição, a SPD tenha mudado, a partir de 1835, o perfil dos seus membros, quanto à origem, por conta das perseguições havidas na cidade de Salvador, após o Levante (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 42-43).

Relativizando a afirmação de que a instituição teria contado em suas origens com presença de africanos, Leite observa que tudo teria começado com Pierre Verger:

[...] foi o estudioso franco-baiano que pela primeira vez – ou de forma mais decisiva – cunhou a origem africana dos supostos 19 fundadores da irmandade. Estão lá no seu texto Manuel Serra [...] e toda a trama dos atos preparatórios da criação da confraria, discutida num item dedicado às “juntas de alforria”. Lá estão também seus colegas africanos, todos libertos, a maioria deles em atividade no ganho ou no trabalho artesanal. [...] Ainda que em relação a alguns aspectos da formação da irmandade Verger seja confirmado pela documentação, há um problema em relação ao conjunto das informações. Ele reside no fato de que sua formulação tem como origem a história contada por seus contemporâneos, discípulos longínquos de Manuel Serra que, ouvidos mais de um século depois da fundação da irmandade, e traduzidos pelos intrincados meandros da memória, podem ter recriado uma África fora de lugar (LEITE, 2017, p. 90).

Revisitando criticamente as fontes primárias atinentes aos primeiros anos da instituição e estabelecendo diálogo detido com as obras dos autores que se dedicaram ao estudo da SPD anteriormente a ele, identificando lacunas interpretativas e afirmações retóricas, Douglas Guimaraes Leite investe na argumentação de que não

se pode afirmar a existência de africanos malês na constituição da instituição. Para ele, a sociabilidade dos homens fundadores:

[...] não estava nos supostos que lhes atribuíram Verger, Braga e Oliveira. [...] a nacionalidade brasileira de alguns [desses...] fundadores [... lança] forte dúvida sobre a interpretação que os toma como um grupo de africanos, saídos da experiência da escravidão e coesos em torno da fé islâmica. Juntamente com os demais indícios que sugerem o completo ineditismo de uma [duvidosa] configuração malê/crioulo numa irmandade pós-1835, essa hipótese parece confirmar que estamos, de fato, diante de “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”. Como, a propósito, diz a ata de 1835, registrando um capítulo fundamental da história dos Desvalidos. (LEITE, 2017, p. 117)

Com isso, o autor inaugura uma nova leitura possível sobre a pertença étnica dos membros da SPD em suas primeiras décadas. E mais: ao sustentar sua argumentação, provoca uma espécie de cisma entre seu estudo e aqueles que o precederam.

O trabalho de dissertação de Lucas Ribeiro Campos (2018), com o nome de “*Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861 -1894)*”, defendido na Universidade Federal da Bahia, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, busca se aprofundar na análise sobre a construção da identidade racial e seu caráter mutualista e as formas de solidariedade entre os associados da SPD. Com um recorte temporal entre os anos de 1861 e 1894, Campos (2018) estuda o primeiro estatuto regulamentado pela Lei dos Entraves e o último estatuto que teve acesso no século XIX. O trabalho consiste em compreender melhor as estratégias do associativismo dos trabalhadores associados à SPD, e suas estratégias políticas para conseguir acesso à cidadania.

Dentre os assuntos importantes abordados em sua dissertação, que versam sobre as atividades executadas entre os sócios, evidencia-se a existência de um projeto escolar que pudesse dar assistência aos órfãos. Argumenta o autor que existia uma grande preocupação com os órfãos por parte dos associados, pois o medo era que poderiam cair em indigência (CAMPOS, 2018). Como cita o autor, o artigo 49 do Estatuto de 1874 mostra que havia fundos destinados à educação dos órfãos. No referido artigo, constam os seguintes dizeres: “Art. 49 – Todo o producto e rendimento da bolsa de caridade e multa dos socios de ora em diante será destinado para adjutório da educação dos orphãos que pertencerem à Sociedade” (BRAGA, 1987, p. 88). Para além da preocupação com a educação dos órfãos, em se tratando de uma

Sociedade que permitia apenas a entrada de homens pretos, era exigido o letramento e domínio da escrita de seus sócios, pois todas as suas atribuições eram constituídas por homens pretos, sem a presença de homens brancos ou pardos (OLVIEIRA; LOBO, 2009, p. 44). Para Lucas Campos (2018, p. 34): “Era essencial para os sócios da SPD, formados majoritariamente por trabalhadores de ofício, que tinham certa autonomia no mercado de trabalho, dominarem a leitura e a escrita”. Devido às condições para se ter o domínio da escrita e da leitura, a preocupação era de que os sócios também tivessem acesso aos mecanismos de alfabetização. Argumenta o autor que a existência de muitos sócios que exerciam a profissão de professores colabora para a ideia do “projeto educacional voltado para os homens de cor” (CAMPOS, 2018, p. 34).

Lucas Ribeiro Campos demonstra que os espaços educacionais voltados para os órfãos e sócios tinham como objetivo garantir acesso à cidadania, algo muito importante para os finais do século XIX. Nas palavras do autor:

Diante desses exemplos, é interessante pensar que o esforço de constituir no espaço da SPD a educação aos órfãos pode ser lido como uma estratégia de torná-los cidadãos em uma sociedade marcada pela restrição aos homens de cor. Os membros da SPD buscavam defender a instrução como uma forma de assegurar o voto negro, que era um instrumento importante de barganha. Havia um projeto político dos membros da SPD, que buscava garantir a cidadania, sobretudo em um novo regime que estava surgindo. (CAMPOS, 2018, p. 38)

Em seu trabalho de dissertação de mestrado em História, de título “*Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934)*”, defendido na Universidade do Estado da Bahia, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), procura fazer uma reconstituição histórica da Sociedade Protetora dos Desvalidos, se concentrando entre os anos de 1851 quando se torna Sociedade, até 1934, quando se comemorou tardiamente o centenário da instituição, dois anos após a data quando, de fato, deveria ser comemorado, isto é, 1932. Em seu trabalho podemos encontrar três dimensões da instituição no entendimento do autor: “[...] a dinâmica associativa, a estratégia mutualista e o complexo processo de construção e reconstrução da memória que ora separa, ora liga a Irmandade de Nossa Senhora Amparo dos Desvalidos, fundada em 1832, e a SPD, dissidência aberta em 1851 no interior da devoção” (CARMO, 2019, p. 8). Trabalhando com imagens de diferentes períodos sobre a SPD, como fotografias do espaço físico da instituição, de sessões

solenes, da diretoria e de seus principais dirigentes, o autor busca reconstituir aspectos importantes da existência da Sociedade, analisando e demonstrando, em adendo, por meio de gráficos, dados atinentes à sua manutenção, tais como arrecadação de mensalidades e comparativo com socorros aos enfermos, despesas com funerais de sócios e pensionistas, despesas com pensões aos familiares etc., com o intuito de “[...] contribuir com a ampliação das reflexões acerca do fenômeno mutualista e paralelamente aprofundar o conhecimento sobre a experiência específica dos trabalhadores de cor da SPD” (CARMO, 2019, p. 86). Tendo sido a pesquisa concluída mais recente sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, seu autor se beneficia do diálogo com os estudos realizados sobre a mesma instituição anteriormente. Seu estudo encontra importância central na reafirmação de que a Sociedade Protetora dos Desvalidos sempre desenvolveu um mutualismo entre seus membros, sendo importante para que pudessem promover modos de inserção dentro de uma estrutura social que tinha por princípio excluí-los. Os arranjos políticos, preocupações e obrigações institucionais demonstram que a SPD se ocupava de garantir existência digna a seus membros e dependentes, buscando evitar a indigência deles ante os imprevistos da vida.

### **Considerações finais**

Os diferentes caminhos por meio dos quais cada autor buscou compreender aspectos da SPD revelam a riqueza da existência dessa instituição que no decorrer do tempo foi se adaptando diante de novos desafios políticos e sociais na sociedade brasileira e baiana. É isto que a gama de estudos voltada à SPD aqui analisada revela. Surgida na primeira metade do século XIX e em plena atividade até os dias atuais na cidade de Salvador, Bahia, a SPD pôde contar com o primeiro estudo dedicado inteiramente sobre ela apenas a partir da década de 1970, com a dissertação de Júlio Braga defendida em 1975 e tornada livro em 1987; trabalho pioneiro e que serviu de base e estímulo para trabalhos desenvolvidos posteriormente, na forma de teses e dissertações.

Analisando os estudos sobre a SPD é possível constatar que cada qual contribuiu de forma significativa para a compreensão da existência de uma sociedade mutualista que por meios de um fechamento étnico desde o século XIX, constituída por homens pretos, conseguiu construir mecanismos para inserção social e acesso à

cidadania de seus membros. Braga (1987), sendo pioneiro no estudo sobre a SPD, não apenas identificou o seu caráter mutualista e seu fechamento étnico, de homens pretos, como também constatou que a Sociedade Protetora dos Desvalidos rendia um prestígio para os seus membros. As reflexões que foram abertas por Júlio Braga (1987) sobre as ações relacionadas a penhora de bens, seguro de vida de seus membros, das viúvas e dos órfãos, permitiram que os autores que o sucederam – especialmente, Leite (2017) e Campos (2018) –, não só destacassem o papel mutualista, como apontassem a importância da SPD para compreender, como, no período escravocrata, os membros da associação, homens pretos, criaram formas de inserção social e acesso à cidadania. Tais autores tiveram como fontes principais de suas pesquisas as atas, estatuto e requerimentos, tendo sido Oliveira (2005), no campo da linguística, o autor a propor um trabalho diferenciado dos demais, ao dar ênfase a uma análise gramatical do português escrito nas atas, documentos estes que demonstram a agência de homens pretos na lida com a escrita e a leitura em época escravocrata.

Lidos em seu conjunto, os estudos apresentam como divergência central a identificação da origem dos primeiros membros fundadores da SPD. Braga (1987) e Oliveira (2005) que estudaram o período de 1832, afirmam que os primeiros integrantes da Sociedade Protetora dos Desvalidos eram africanos malês e, nesse tocante, Oliveira (2005) levanta a hipótese de que a Revolta dos Malês pode ter sido significativa para que a SPD adotasse em seu estatuto apenas a permissão da entrada de “Chiolos Liver de Cores pretas Nacidos no inperio do Barzelio”, devido às perseguições, pós Revolta, contra africanos, especialmente, malês. Adotando argumentação destoante, Leite (2017) observa a falta de fontes escritas que possam validar as afirmações segundo as quais a SPD teria contado, de fato, com a presença de malês, arrematando que, diante das evidências, a falarmos sobre os primórdios da instituição, tudo leva a crer que “estamos, de fato, diante de ‘crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil’” (LEITE, 2017, p. 117). Estudando os finais do século XIX, Campos (2018) e Carmo (2019) não entram nesse debate em relação à origem dos primeiros associados, mas abordam questões de identidade criadas pelo mutualismo dos homens pretos brasileiros da SPD.

Ato contínuo, outro debate importante e que suscita distinção entre os estudos refere-se ao período em que a instituição existia, desde 1832, como Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, passando, em 1851, a

Sociedade Protetora dos Desvalidos. Braga (1987) e Oliveira (2005) concebem tal ocorrido como mera mudança estatutária, sendo Irmandade e Sociedade palavras tratadas como sinônimos em seus textos. Leite (2017), em diálogo com as fontes, observa que não foi mera mudança estatutária e sim um conflito entre os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos sobre o destino do cofre, provocando uma cisão entre os membros, com disputas na justiça entre os anos de 1841 e 1851 para se definir o destino do cofre entre os irmãos. Dessa forma, para Leite (2017), a condição de Irmandade e Sociedade são momentos distintos na trajetória da instituição, sendo importante analisar cada fase em suas formas específicas. Campos (2018) que analisou o período de 1861 a 1894 segue a mesma linha em seus estudos quando se refere ao passado institucional, diferenciando os respectivos momentos de irmandade e sociedade. Por sua vez, o trabalho de Carmo (2019) busca dar ênfase na disputa de narrativas de memória envolvendo o centenário da SPD, entre “silenciamentos e lembranças” produzidos na própria instituição, sendo o evento comemorativo de 1934 sintomático do trabalho de resgate da história da SPD por seus membros.

Desse modo, evidencia-se a importância dos estudos desenvolvidos até o presente momento, cujo mérito foi o de trazer à tona informações sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos e sua trajetória em processo dinâmico, preenchendo lacunas, contestando fontes e informações, percorrendo períodos e preocupações de análise diferentes, tendo nas atas, estatutos e outros documentos, potentes fontes de investigação.

Por fim, cabe a importante observação de que, em seu conjunto, tais estudos privilegiaram, em termos de recorte temporal, as sete últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, evidenciando uma lacuna temporal sobre a instituição no que se refere à segunda metade do século XX até os tempos atuais, requerendo novos estudos que considerem a existência da SPD para além do (e em diálogo com o) período enfatizado nos mencionados estudos. Neste sentido, ao recuperar os estudos desenvolvidos sobre a SPD, buscando desenhar o estado da arte do que foi produzido até o momento, para além de evidenciar aspectos que marcam a importância histórica da referida instituição, o presente artigo enseja que novas pesquisas sejam realizadas, aprofundando questões ainda não problematizadas sobre a trajetória desta instituição quase bicentenária.

## Referências

BRAGA, Júlio Santana. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor**. Salvador: Ianamá, 1987.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Tradução de Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2018.

CARMO, Emerson Cláudio Cordeiro. **Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado da Bahia. Alagoinhas-BA, 2019.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2010.

LEITE, Douglas Guimarães. **“Mutualistas, graças a Deus”**: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2017.

LOURAU, Julie; CAVALCANTE, Andarai; SANTANA, Stela. Do “problema do negro” às dificuldades de “ser e viver negro” no Brasil: algumas reflexões afrocentradas e antirracistas. **Revista da ABPN**. v. 13, n. 36, 2021. p. 189-217.

MACIEL, Cleber. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1985.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MONTEIRO, Antônio. **Notas sobre negro malês na Bahia**. Salvador: Ianamá, 1987.

NISHIDA, Mieko. Slavery & identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888. **Hispanic American Historical Review**, vol. 73, n.3 (Aug.1993), p. 361-391.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2005.

OLIVEIRA, Klebson. & LOBO, Tânia; (Orgs.). **África à Vista**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **As Associações dos homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista: movimentos negros, cultura e política no Brasil**

Republicano (1915 a 1945). Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**. vol.2, n. 3. 1996, p. 7-33.

REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. **Caminhos da Piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista – século XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2010.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do Século XVIII**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da África, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010.

SILVA, L. H. O. & XAVIER, R. C. L. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, 2019, p. 1-15.

SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS. **Livro de atas de 1832** (Relíquia da Sociedade Protetora dos Desvalidos).

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX**. 3 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.